

CARTA DE COMPROMISSO DO FÓRUM DE UNIDADE SINDICAL DA AMAZÔNIA LEGAL

TRABALHO DECENTE NA AMAZÔNIA PARA ALÉM DA COP 30

Nós, trabalhadoras, trabalhadores e lideranças sindicais da Amazônia Legal, apresentamos esta Carta como compromisso coletivo e instrumento de atuação concreta. A Amazônia não é cenário nem promessa: é território vivo, e seu povo exige respostas imediatas. A crise climática, o calor extremo, a informalidade, a insegurança social e o abandono histórico do Estado exigem ação organizada, firme e urgente. Por isso afirmamos: **não haverá sustentabilidade real sem trabalho decente, proteção social e participação política do povo amazônida.**

1. UNIDADE, ESCUTA E URGÊNCIA AMAZÔNICA

A unidade construída neste Fórum nasce do diálogo verdadeiro e da capacidade de reconhecer a realidade que marca o território: desigualdades profundas, informalidade predominante, falta de proteção social, concentração de riqueza e presença limitada do Estado onde ele é mais necessário. As discussões conduzidas pelas mulheres trabalhadoras reafirmaram que a Amazônia tem rosto feminino e que não há transformação possível sem o protagonismo das mulheres nas estruturas de decisão.

Esta unidade responde a um cenário concreto em que o trabalho formal não alcança grande parte da população, a precarização avança e grandes projetos econômicos são implementados sem ouvir quem vive e trabalha no território. Políticas climáticas seguem sendo formuladas longe da realidade amazônica, ignorando quem sustenta, com esforço diário, a economia regional.



Por isso, esta Carta se apresenta como instrumento estratégico para enfrentar o abandono histórico do povo amazônida, orientar uma transição econômica que respeite o trabalho, a vida, a cultura e a soberania regional e reafirmar a convicção de que **não existe futuro para a floresta sem futuro para o povo que nela vive e trabalha.**

2. NOSSOS COMPROMISSOS PARA UMA AMAZÔNIA COM DIGNIDADE

2.1 TRABALHO NO CENTRO DA AGENDA CLIMÁTICA

Nenhuma política ambiental é legítima se não incluir a participação direta dos trabalhadores. Exigimos mesas permanentes, fiscalização efetiva e presença sindical estruturada nas decisões ambientais e climáticas.

2.2 DESENVOLVIMENTO COM TRABALHO, CULTURA E VIDA

O desenvolvimento da Amazônia deve respeitar sua diversidade cultural e fortalecer:

- a agricultura familiar;
- as cadeias produtivas da sociobiodiversidade;
- os saberes tradicionais;
- as expressões culturais que sustentam a identidade amazônica.

2.3 TRANSIÇÃO JUSTA

Defendemos:

- qualificação profissional financiada com recursos climáticos;
- inclusão trabalhadora na transição energética;
- salário mínimo regional amazônico que reflita o custo real de vida.

2.4 NEGOCIAÇÃO COLETIVA COMO INSTRUMENTO SOCIOAMBIENTAL

Toda negociação deve conter cláusulas de:

- igualdade salarial;
- proteção contra calor extremo;
- saúde e segurança;
- responsabilidade ambiental;
- transparência nas relações de trabalho.



2.5 ACESSO AOS FUNDOS CLIMÁTICOS

Os sindicatos da Amazônia devem ter acesso direto aos fundos climáticos, garantindo recursos para formação, proteção social, geração de renda sustentável e fortalecimento institucional.

3. COMPROMISSOS COM AS MULHERES DA AMAZÔNIA

A equidade de gênero é indispensável para a transformação social da região

Defendemos:

- protagonismo feminino nas mesas de negociação;
- igualdade salarial como cláusula obrigatória;
- estruturas permanentes de acolhimento e denúncia;
- políticas de conciliação entre trabalho e família;
- formação sindical para mulheres;
- garantia de folga quinzenal no trabalho aos domingos.

A luta das mulheres é estruturante para o movimento sindical amazônico.

4. INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL

Uma Amazônia forte exige projetos planejados com participação social e respeito ambiental. Defendemos:

- **BR-364**, especialmente o trecho entre **Rio Branco e Cruzeiro do Sul**, essencial à integração do Acre;
- **BR-319**, especialmente o trecho entre **Manaus e Porto Velho**, fundamental para mobilidade, soberania e redução dos custos logísticos;
- debates responsáveis sobre petróleo e gás na Margem Equatorial;
- expansão de energias renováveis e fortalecimento da bioeconomia.

Nenhum projeto justifica retrocessos ambientais ou violação aos direitos dos trabalhadores.

5. PLATAFORMA DA AMAZÔNIA PARA ALÉM DA COP 30

Defendemos:

- fortalecimento das entidades sindicais da região;
- financiamento sindical solidário e autônomo;



- criação do **Fundo Verde Sindical Amazônico**;
- instituição do **Selo Verde Sindical Amazônico**, fundamentado em:
 - jornada de trabalho digna;
 - fortalecimento das cadeias produtivas locais;
 - valorização da agricultura familiar;
 - responsabilidade socioambiental com uso de créditos de carbono;
- criação do Observatório Sindical Amazônico;
- reforma sindical democrática;
- comunicação sindical permanente;
- caravanas e frentes temáticas regionais.

6. FORMAÇÃO DO CONSELHO SINDICAL ECONÔMICO DA AMAZÔNIA LEGAL

No dia **15 de novembro de 2025**, durante a plenária de encerramento da COP 30 em Belém do Pará, as centrais sindicais que compõem este Fórum fundaram oficialmente o **Conselho Sindical Econômico da Amazônia Legal**, organismo permanente de articulação, produção de análises técnicas, intervenção política regional e monitoramento das políticas econômicas, trabalhistas e ambientais que impactam o território.

7. REFORMA TRIBUTÁRIA TRABALHISTA

A Amazônia necessita de uma **Reforma Tributária Trabalhista justa**, que:

- reduza o peso tributário sobre quem vive do trabalho;
- desonere a folha sem precarizar direitos;
- corrija desigualdades e regressividades;
- devolva recursos aos territórios mais vulneráveis;
- fortaleça a proteção social;
- considere as especificidades econômicas e geográficas da Amazônia.

Nenhuma reforma será legítima se ignorar a realidade trabalhista da região.

8. MOÇÃO DE REPÚDIO À REFORMA ADMINISTRATIVA

O Fórum Sindical da Amazônia Legal repudia integralmente a Reforma Administrativa proposta pelo Congresso Nacional, que se coloca como: inimigo do povo brasileiro, do serviço público e do movimento sindical.



A proposta:

- atinge apenas servidores do Executivo de base;
- preserva privilégios das altas castas do Estado;
- precariza serviços essenciais;
- aprofunda desigualdades regionais;
- enfraquece o Estado onde ele é indispensável.

Somos totalmente contrários à Reforma Administrativa.

9. MENSAGEM AO BRASIL E AO MUNDO

A emergência climática é também uma emergência trabalhista.

Sem trabalhadores protegidos, não há Amazônia viva. Sem sindicatos fortes, não há democracia. Sem justiça social, não há sustentabilidade.

A floresta em pé exige **o povo em pé**, com direitos, renda, trabalho decente e proteção social.

Belém do Pará, 15 de novembro de 2025.

**Entidades Sindicais reunidas no Fórum de Unidade
Sindical da Amazônia Legal**, neste ato representados por

IVO BORGES DE FREITAS

Coordenador do Fórum de Unidade Sindical da Amazônia Legal

NONATO ALVES

Secretário de Coordenação do Fórum de Unidade Sindical da Amazônia Legal

